

O TRABALHO DOCENTE, DESAFIO INTELECTUAL OU DESAFIO IDEOLÓGICO?

THE TEACHING WORK, INTELLECTUAL CHALLENGE OR IDEOLOGICAL CHALLENGE?

Dorotea Bittencourt Dias¹

RESUMO

No dia a dia da escola encontramos desafios constantes relacionados à aprendizagem, à docência, à convivência entre os membros da comunidade escolar e as condições de trabalho. Um ponto de intersecção entre esses desafios cotidianos e que interfere diretamente em todos eles é a desvalorização social do trabalho de professor. Essa pode ser observada em relação às condições de trabalho, no que se refere aos salários, que exige do docente uma jornada estendida, ao número excessivo de alunos, aos espaços físicos inadequados e a dificuldade de acesso a recursos tecnológicos. O trabalho docente tem uma função estruturante na formação do indivíduo e, conseqüentemente da sociedade. Inquietam-se os que são conscientes da maneira de como a profissão de educador vem sendo tratada na realidade brasileira. Uma das maneiras de compreender esse fenômeno de desvalorização do trabalho de professor e considerar a força ideológica diretamente relacionada a ele. Como não existe neutralidade no ato de ensinar, criam-se mecanismos sociais, políticos, culturais e econômicos de controle da profissão. O objetivo desse trabalho é analisar as implicações da desvalorização do trabalho de professor, na prática docente.

Palavras chave: Educação. Trabalho. Docência.

ABSTRACT

Every day in school we found constant challenges related to learning, teaching, interaction between members of the school community and working conditions. A point of intersection between these everyday challenges and that directly interferes in all of them is the social devaluation of the work of teacher. This can be observed in relation to working conditions, in terms of salaries, which requires the teacher a work extended day, excessive numbers of students, inadequate physical spaces and difficulty accessing technological resources.

¹ Coordenadora Pedagógica SME/SP. Doutoranda em Educação Currículo, PUCSP. E-mail doroteabitt@yahoo.com.br

The teaching work has a structuring function in the formation of the individual and consequently of the society. Those who are aware of the way the profession of educator is treated in the Brazilian reality are concerned. One of the ways to understand this phenomenon of devaluation teacher work and to consider the ideological force directly related to it. As it doesn't exist neutrality in teaching, social, political, cultural and economic mechanisms of control of the profession. The objective of this work is to analyze the implications of the devaluation of teacher work, in the teaching practice.

Keywords: Education. Work. Teacher Work.

O objetivo deste artigo é analisar a importância social do trabalho e as implicações do processo de desvalorização da carreira do magistério, ou seja, no trabalho docente e como ela, se apresenta no cotidiano escolar.

Através dessa relação apaixonada de amor e ódio nos aprendemos e aprendemos formas diferentes, mais nossas de ser e de vivenciar o magistério. Nem tudo o que somos nos pertence. Somos o que resultamos de tudo. Quanto fui, quanto não fui, tudo isso sou. (ARROYO, 2000, p.36)

O trabalho é um importante instrumento de organização social. O sujeito do trabalho começa a ser formado desde o nascimento apoiado pela família – no sentido do desejo que os pais depositam na criança, posteriormente esse desejo é transferido para a escola – quando os pais criam uma imagem da escola ideal para seus filhos.

Na atualidade, a escola é um local onde os indivíduos permanecem um percentual considerável de sua vida e desta forma, consiste como horizonte um projeto educativo de desenvolvimento humano e social. Como projeto que se concretiza em objetivos, deve ser desejado, para que assim desencadeie ações concretas, comprometidas com o modelo a ser alcançado. O compromisso dos professores, em relação às tarefas que desempenham para tornar viável o projeto cria uma expectativa, e essa se torna objeto essencial de sua prática. Para que tal expectativa seja alcançada, o profissional do ensino tem de ser instrumentalizado na sua formação, a fim de que possa conscientemente desenvolver todas as etapas do trabalho, considerando que as ações educativas são algo mais do que designar o trabalho docente uma prática mecanizada de “cuidar” fisicamente de crianças, e fazer com que se memorizem dados.

O professor não pode perder de vista o aspecto reflexivo que o trabalho docente exige, uma vez que este deve ser um agente de transformação e promoção social. Por isso, deve apresentar uma postura crítica sobre as condições adversas, a saber: (lidar com a diversidade cultural, intelectual, física, e social, considerando o número excessivo de alunos, condições físicas inapropriadas, salários ruins), que muitas vezes afastam o profissional do seu foco de trabalho. É preciso que o professor, além da formação inicial, esteja inserido em um contexto de formação contínua uma vez que esse vive um tempo de transformações rápidas, que os afetam enquanto sujeito da ação educativa, isso significa que mesmo que o indivíduo da ação tenha se transformado este tem que ter condições de acompanhar as mudanças do percurso, afinal o processo educacional é dinâmico.

Esse processo de formação contínua permite ao profissional ter claro sua força no currículo escolar. Esse é um ponto fundamental da prática, pois mesmo que tenha que lidar com estruturas determinadas, depende do professor a escolha do conteúdo a privilegiar e a forma de abordar determinadas questões.

Essa clareza da ação educativa deve, pois, passar por uma consciência moral, ética e do compromisso dos professores com a formação cidadã dos sujeitos da prática educativa, já que os sentimentos despertados pela prática tem muita relação com o que fazemos com ela.

Inquietam-se os que são conscientes da maneira de como a profissão de educador vem sendo tratada na realidade brasileira. O trabalho de professor sofre, dia a dia, o peso da desvalorização profissional e, como o trabalho docente consiste em uma função social estruturante, buscamos leituras que pudessem traduzir o quanto o trabalho é importante e determinante na condição humana e como é influenciado socialmente.

Um dos autores que nos chamam atenção é Hannah Arendt (1989), ao propor uma distinção entre Labor e Trabalho, dentro de um percurso histórico do trabalho e o papel estruturante que apresenta na condição humana. A autora faz uma análise do trabalho desde a Antiguidade e a relação com a condição que este, coloca o sujeito socialmente.

Um dos pontos importantes é a forma como essa questão passa por um instrumento social de grande significado, a língua: a palavra “labor”, como

substantivo jamais, designa o produto final, o resultado da ação de laborar; permanece como substantivo verbal, uma espécie de gerúndio, “Por outro lado, é da palavra correspondente a trabalho que deriva o nome do próprio produto”. (ARENDDT, 1989, p. 91).

Essa distinção tão tênue da língua permite que possamos compreender o significado que o trabalho ocupa e sua relação com a condição humana. O motivo dessa distinção, segundo a autora, é que o labor para os gregos, marca a necessidade, e como esta faz parte da existência humana, escravizar era a maneira natural de dominar a necessidade humana de subsistência, uma vez que o homem livre não podia ser sujeito da necessidade, este passou a dispor de outros seres da mesma espécie, justificando sua prática para que tal condição idealizada ocorresse.

Observar como o valor atribuído ao trabalho é estruturante na condição humana e um ponto muito importante a ser analisado, considerando necessariamente o contexto histórico, ideológico, político, econômico e social, a que o trabalho pertence. Somente por meio da análise crítica pode-se observar que tal necessidade, o trabalho, vai muito além dessa característica de preservação da espécie, já que se relaciona a valores sociais, necessidades econômicas e políticas. “Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade, escravizando outros. Nesse sentido ser escravizado era assim um fato pior que a morte” (ARENDDT, 1989, p.94).

Esse ponto é muito importante para ilustrar as condutas e também mudanças de paradigmas que ocorrem para atender às necessidades humanas. Os valores e ideologias vão se modificando, por razões que passam, inclusive, pelas consequências do desenvolvimento humano, como por exemplo, as novas descobertas relacionadas aos meios de produção, atualmente representadas pelas ferramentas digitais.

Valores atribuídos ao trabalho e ao trabalhador são modificados radicalmente, com as descobertas humanas e não é apenas uma mudança relacionada ao modo como um objeto é produzido, mas uma mudança muito mais complexa relacionada à forma como o homem que opera essas transformações é concebido.

Com a revolução industrial, toda a dimensão social foi alterada. O trabalho passa, na era Moderna, a constituir o homem e a posição social a que irá pertencer, e mediante isso, sabe-se que:

À primeira vista, porém, é surpreendente que a era moderna – tendo invertido todas as tradições, tanto a posição tradicional da ação e da contemplação como a tradicional hierarquia dentro da própria *vita activa*, tendo glorificado o trabalho (labor) como fonte de todos os valores, e tendo promovido o *animal* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale* - não tenha produzido uma única teoria que distinguísse claramente entre o *animal laborans*. E o *homo faber*, entre ‘o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos’. Ao invés disso, encontramos primeiro a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo; um pouco mais tarde, a diferenciação entre trabalho qualificado e não qualificado; e, finalmente, sobrepondo-se as ambas por ser aparentemente de importância mais fundamental, a divisão de todas as atividades em trabalho manual e intelectual. Das três, porém, somente a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo vai ao fundo da questão; e não foi por acaso que os dois grandes teóricos do assunto, Adam Smith e Karl Marx, basearam nela toda a estrutura do seu argumento. O próprio motivo da promoção do labor como trabalho na era moderna foi a sua ‘produtividade’; e a noção aparentemente blasfema de Marx de que o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou de que o trabalho (e não a razão) distingue os homens dos outros animais, era apenas a formulação mais radical e coerente de algo com que toda a era moderna concordava. (ARENDRT, 1989, p. 96-97).

A concepção de trabalho é atravessada pelo tempo, Arendt (1989), nos mostra como esse fenômeno acontece, propondo uma distinção entre o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos e, posteriormente, sobre trabalho produtivo e improdutivo, orientada pela teoria de Adam Smith e Karl Marx, que basearam toda a estrutura do seu argumento de que o trabalho criou o homem. Considerando o papel estruturante do trabalho na condição humana, uma questão se apresenta cotidianamente na escola, a desqualificação social do trabalho de professor. Compreender esse mecanismo social de desvalorização docente, nos leva a uma pergunta e também a uma hipótese de que essa desqualificação do trabalho docente decorre de mecanismos de controle ideológico, que tomam corporeidade nos discursos cotidianos, para manter a estabilidade social os interesses da classe dominante. É perceptível esse discurso de desvalorização profissional, quando verificamos como os valores e ideologias se transformam e são modificados à medida que o trabalho docente, estão a mercê de interesses econômicos e políticos. Seres humanos são submetidos a condições de desigualdade e exploração, aceitas e

justificadas socialmente como situações dentro da normalidade moral. O sofrimento é então atribuído à própria pessoa e não a interesses econômicos e políticos de uma determinada classe social.

Parece que a distinção entre labor e trabalho, que os nossos teóricos tão obstinadamente desprezaram e nossas línguas tão aferradamente conservaram, torna-se realmente apenas uma diferença de grau quando não se leva em conta o caráter da coisa produzida- sua localização, sua função e a duração de sua permanência no mundo. A distinção entre um pão, cuja 'longevidade' no mundo dificilmente ultrapassa um dia, e uma mesa, que pode facilmente sobreviver a gerações de convivas, é sem dúvida muito mais óbvia e decisiva que a diferença entre um padeiro e um carpinteiro. (ARENDR, 1989, p.105).

A diferença que a língua conserva entre labor e trabalho, parece indicar a força subjetiva que marca e determina a forma que cada ser humano ocupa no mundo. onde a ideia de que cada um tem o lugar que merece e não o lugar que lhe é atribuído socialmente. É a chamada meritocracia, a qual cada um é responsável pelo seu próprio desenvolvimento e sucesso profissional. As condições sociais as quais o indivíduo está cercado são tratadas com neutralidade e sua força é desconsiderada.

A desigualdade aparentemente "natural" é uma construção social e tem explicações em termos que justificam a sua existência. [...] Uma das características da privatidade antes da descoberta da intimidade, era que o homem existia nessa esfera não como um ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie animal humana (ARENDR, 1989, p.55).

Essa, aparentemente, inofensiva definição, na verdade é um importante instrumento para justificar e manter a desigualdade. Em nome da manutenção da espécie humana, observamos que:

O surgimento da sociedade mudou a avaliação de toda essa esfera, mas não chegou a transformar-lhe a natureza. O caráter monolítico de todo tipo de sociedade, o conformismo que só dá lugar a um único interesse e uma única opinião, tem suas raízes na unicidade da humanidade. E, como esta unicidade da humanidade não é fantasia e nem uma simples hipótese científica, como é a 'ficção comunista da economia clássica, a sociedade de massas, onde o homem como animal social reina supremo e onde aparentemente a sobrevivência da espécie poderia ser garantida em escala mundial, pode ao mesmo tempo ameaçar de extinção a humanidade. (ARENDR, 1989, p.56).

Essa ameaça à espécie é um importante instrumento de manutenção das desigualdades sociais, pois é uma grande justificativa para manter os interesses de uma determinada classe social no controle. Condições sociais privilegiadas são

mantidas, sem contestação como um direito nato, qualquer luta no sentido de questionar essa desigualdade é vista como baderna pela maior parte da população.

A mais clara indicação de que a sociedade constitui organização pública do próprio processo vital talvez seja encontrada no fato de que, em tempo relativamente curto, a nova esfera social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de operários e assalariados; em outras palavras, essas comunidades concentraram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida- o labor. (ARENDR, 1989, p.56).

Essa normalidade social - a sociedade de operários assalariados, que têm na força do trabalho, o excedente do que produz, para manter o lucro da classe dominante e a ordem social - encontra as razões que justificam a exploração do trabalho nos instrumentos sociais que normalizam cotidianamente essa desigualdade. Nesse sentido são criados aparelhos de controle ideológicos, como a escola.

O trabalho docente, assim tem uma função estruturante na formação do indivíduo e, conseqüentemente da sociedade. Como não existe neutralidade nesse trabalho, a profissão é cotidianamente atravessada por forças que visam manter a estabilidade social e os interesses da classe dominante. “Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e as finalidades sociais de que são portadores”. (NÓVOA, 1999, p.17).

Para que o professor não seja um instrumento na manutenção das desigualdades sociais, é necessário que a sua formação tenha bases filosóficas e sociais que garantam à leitura crítica as forças ideológicas, políticas, econômicas e sociais, que cotidianamente atravessam a sua prática profissional. Caso contrário, o profissional da educação atenderá apenas a interesses econômicos e políticos, de uma determinada classe. É preciso ter claro que há uma estrutura relacionada ao trabalho do professor que passa por questões de valores e ideologias consideradas fundamentais à manutenção e organização desse sistema econômico e político.

Ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como sua força não se extingue quando a própria reprodução já esta assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais um processo vital, mas nunca ‘produz’ outra coisa senão ‘vida’. (ARENDR, 1989, p.99).

Essa associação do trabalho com produção de vida tem uma forte conexão com sentido da existência, de continuidade, de vigor e de capacidade de procriação. O trabalho é que determina a vida. Ele é tão importante que quando o indivíduo se aposenta, tem muita dificuldade de organizar a própria rotina, tendo dificuldade de ressignificar a própria existência. Essa associação vital garante ao trabalho uma força estruturante na condição humana.

O trabalho é um importante determinante social, e passa a ser um caminho que todos devem percorrer mesmo aqueles, como a massa de trabalhadores, responsáveis pela produção de bens, com pouco reconhecimento financeiro e acesso bens de consumo.

Mesmo com tanta desigualdade, o trabalho tem um importante papel na vida pessoal de cada indivíduo, pois por ser um importante determinante social, tal ponto que o indivíduo que não se sujeita as condições que o trabalho impõe, fica às margens da vida em sociedade.

O trabalho é desde que o homem passou a viver em sociedade, um eixo estruturante da condição humana. Nesse sentido, pensar no trabalho de professor, que tem como produto do seu ofício, a formação humana do indivíduo, é um importante instrumento de leitura social.

A formação do indivíduo para a inserção no mercado de trabalho é uma preocupação dos pais, desde o nascimento, e a escola tem um importante lugar nesse sentido. Essa importância se estende a outros órgãos sociais, que de forma significativa tem seus interesses postos a realidade escolar devido à importância que a escola tem nessa formação, o agente desse trabalho, no caso o professor é cotidianamente atravessado por interesses, ideológicos, políticos e econômicos. A leitura dessas forças pelos professores e a descoberta de, até que ponto esses interesses interferem na profissão, deveria fazer parte da formação profissional. Uma vez que o trabalho docente, enquanto formador de cidadania, é alvo de interesses e de mecanismos de controle ideológico do Estado, que visa manter a estabilidade política, econômica e social, é fundamental que o professor tenha consciência desse processo.

Hannah Arendt faz um paralelo da condição humana e sua relação com o trabalho, que pode ser considerado na relação escolar, pois a autora

esclarece como o trabalho é estruturante na condição humana, à medida que estabelece sua condição enquanto sujeito social. Esse sujeito social que a autora analisa, permite uma leitura do papel que a escola tem na vida de cada brasileiro, uma vez que a formação escolar tem uma relação intrínseca com a formação para o trabalho.

A formação escolar está diretamente ligada à formação para o trabalho e por isso é fundamental traçarmos um paralelo entre eles. No início, na Polis a necessidade do trabalho considerava escravo o sujeito da necessidade, ou seja, fora da condição humana, não cidadão. Na era Moderna o trabalho modifica essa condição e torna humano aquele todo aquele que trabalha, lhe conferindo a cidadania. Nesse ponto a escola tem um papel fundamental, uma vez que ela “prepara” o aluno para o trabalho, ou seja, para a cidadania.

Justamente, nesse encontro ideológico da representação social do trabalho na atualidade que é pensada a profissão de professor, pois entender as forças que atravessam e dão significado à profissão em um novo século, que se inicia no ano 2001 é algo a ser realizado, uma vez que a escola que sempre foi um local de transmissão de conhecimento passa, com as novas tecnologias, por um novo paradoxo tão importante quanto o passado durante a revolução industrial.

Paul Lengrand exemplifica muito bem essa mudança ao observar o ritmo das transformações, explicando que “as inovações que, antigamente, exigia o trabalho de várias gerações têm lugar atualmente numa só geração” (LENGRAND apud FORQUIM, 1993, p.18). Considerando ser essa citação de 1970, pode-se dizer que as mudanças atualmente, com as novas tecnologias, com a comunicação global em tempo real, aumentaram ainda mais esse ritmo e, muitas vezes, as inovações acontecem no curto espaço de uma mesma geração, provocando mutações comportamentais em um ritmo muito mais acelerado que em qualquer outro momento da história.

A escola não tem exclusividade sobre a informação, o aluno deixa de ser um receptor, um executor de manuais e dele se exige autonomia. A sociedade atual necessita de um sujeito criativo e autônomo, que acesse as informações e as transforme de acordo com as necessidades do mercado, é necessário à sociedade enfim um sujeito que aprenda.

Com todas essas mudanças, a escola continua sendo um espaço social de relacionamentos, no qual as informações obtidas vão se significando e transformando o conhecimento individual e coletivo. E tais transformações no ambiente escolar, também são afetadas por interesses ideológicos, sociais e econômicos e ocorrem de forma também diferenciada, uma vez que depende da classe social a que a escola pertence. Nesse sentido, mais uma vez está presente a desigualdade que atravessa o desempenho docente do ensino público, pois os muitos recursos tecnológicos, que facilitariam a aprendizagem, não estão disponíveis a todas as escolas e a todos os educadores.

A escola democrática é aberta a todos, mas as condições como a escola recebe toda essa população sem respeitar as especificidades, da inclusão, da diversidade social e cultural, torna-se excludente e é, na própria escola, que toda essa desigualdade vai se transformando algo comum. Ser visto como o profissional responsável por essa manutenção da desigualdade com certeza não produz interesse e nenhum glamour profissional. E como se não bastasse tanto desgaste, parece que o fato de todos terem passado pelos bancos da escola, de alguma forma autoriza a todos opinarem e decidirem sobre os rumos da escola. A profissão fica à mercê de forças que influenciam diretamente o cotidiano escolar.

As políticas de formação e de currículo e, sobretudo, a imagem de professor (a) em que se justificam perderam essa referência ao passado, à memória, a história. Como se ser professor (a) fosse um cata-vento que gira à mercê da última vontade política e da última demanda tecnológica. Cada nova ideologia, nova moda econômica ou política, pedagógica e acadêmica, cada novo governante, gestor ou tecnocrata até agência de financiamento se julgam no direito de definir nosso perfil, de redefinir nosso papel social, nossos saberes e competências, redefinir o currículo e a instituição que nos formarão através de um simples decreto. (ARROYO, 2000, p. 24)

A autonomia, tão importante da profissão, se distancia daqueles que trabalham o cotidiano da escola. Essa atitude tão incoerente é justificada, por inúmeros argumentos, entre eles, a falta de qualidade na formação dos professores. A profissão é cotidianamente desconstruída por todos os veículos de comunicação, políticas públicas que desconsideram as condições de trabalho, violência cotidiana e os maus resultados são atribuídos, exclusivamente ao professor.

Os resultados obtidos, abaixo do esperado, são atribuídos à má qualidade do ensino por uma formação não apropriada do professor. Diante do desinteresse político, ideológico e econômico na construção de uma escola de qualidade, que considere as contradições, tal argumento serve apenas para manter os profissionais da educação longe das decisões que afetam diretamente o cotidiano da escola, é somente mais um artifício de controle. Essa desqualificação social do profissional do ensino é impactante e afasta da carreira do magistério os jovens talentosos e criativos e mantém o profissional do ensino afastado das políticas públicas que interferem diretamente na sua carreira e trabalho.

A desordem, a complexidade deste tempo de mudança de paisagem, insinua-se na escola, revela-se na fluidez do ambiente que nela se vive, na diversidade de mensagens que se captam no cenário dos seus espaços, na evolução, por vezes contraditória, das relações partilhadas por seus protagonistas. (CAVACO, 1993, p.188).

Vive-se um período de grandes transformações. A escola pública e democrática abre suas portas para todos, para as diferenças, no entanto, sem ter autonomia para dar conta da diversidade. Autonomia no sentido físico, por exemplo, prédios sem acessibilidade efetiva, apesar do art.24, do Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que diz:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

A Lei garante, mas as reais condições físicas das unidades educacionais, muitas vezes não permite o atendimento adequado, pois muitas escolas foram reformadas e as alterações foram prejudicadas. Esse movimento de proporcionar condições de acesso, em escolas muito antigas que não comportam essas reformas, dificulta o trabalho, no sentido individual do aluno e no sentido coletivo, dos professores e dos auxiliares de vida escolar (AVE) que garantem os cuidados necessários mínimos, como troca de fraldas, alimentação, acompanhamento ao banheiro no tempo em que cada aluno

permanece na escola. A quantidade de alunos é determinada no município de São Paulo pela demanda e não levam em conta as especificidades de todos os alunos e a arquitetura escolar.

Acolher tantas diferenças, sem autonomia, lança em todo o sistema educacional, grandes desafios, pois o cotidiano nas unidades escolares tem que lidar com metas a serem atingidas por avaliações externas, que passam assim a determinar o funcionamento da escola para atender as necessidades impostas pelos exames. Comportamentos violentos e atitudes de desrespeito fazem parte da realidade, no entanto, a escola não tem autonomia e nem acesso a uma rede de proteção social efetiva para lidar com esses episódios de maneira preventiva, muitas vezes o único suporte é o atendimento da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e o encaminhamento para o Conselho Tutelar. A escola não é apenas um lugar de transmissão de conteúdos, é um espaço ativo de vida. É desafiador lidar com exigências sociais tão importantes, com uma profissão que sofre dia a dia, o peso da desvalorização sem o suporte social necessário.

[...] é importante perceber que, embora nossas instituições de ensino de fato distribuam valores ideológicos e conhecimento, isso não é tudo o que fazem. Como um sistema de instituições, elas também ajudam principalmente a reproduzir o tipo de conhecimento (como uma espécie de mercadoria), necessário para manter os arranjos econômicos, políticos e culturais existentes. Chamo isso de “conhecimento técnico”. Trata-se da tensão entre distribuição e a produção que parcialmente conta para que as escolas atuem de determinada maneira a fim de legitimar a distribuição de poder econômico e cultural. (APPLE, 2006, p.24).

Ora, se a escola é atravessada por essas forças econômicas, políticas e culturais é lícito entender que essas forças também agem sobre a profissão de professor. Dessa forma, não se pode deixar de fazer uma leitura dessas forças e como a profissão é influenciada por esses arranjos econômicos e políticos. Só assim, é possível, criticamente, compreender as implicações profissionais do educador brasileiro na atualidade e sua influência na realidade escolar. Pode-se apresentar o significado da profissão na atualidade e como esse significado influencia a realidade escolar.

A forma como a profissão de professor é concebida, assim como a aprendizagem, também é um instrumento de controle e manutenção das forças dominantes, uma vez que não existe neutralidade no ato educativo.

[...] educação não é um empreendimento neutro e de que, pela própria natureza da instituição, o educador estava envolvido em um ato político, estivesse ciente disso ou não. Sustentei a tese de que, em última análise os educadores não teriam como separar totalmente sua atividade educacional das diferentes reações dos sistemas institucionais e das formas de consciência que dominam economias altamente industrializadas como a nossa. (APPLE, 2006, p.35)

Tão importante como ensinar eficientemente e eficazmente, é o valor social atribuído a quem ensina, pois o ato de ensinar necessariamente deve considerar a força de quem ensina. Devemos nos perguntar a que força serve essa desvalorização, essa despotencialização do professor e como ela perpetua as diferenças éticas, estéticas e sociais.

A partir da observação das relações educacionais, por meio da leitura crítica se observa que a educação não é um ato neutro e que trabalha para manter a hegemonia social. Esse olhar permite uma possibilidade de análise dessa desvalorização e o porquê cotidianamente a profissão de professor deixa de ser legitimada e passa a ser orientada fortemente no sentido de fazer com que se construa a ideia de um profissional executor de manuais. O tempo para significar o material não é considerado e o ato de ensinar passa a ser mecânico sem considerar as especificidades do aluno e da realidade em que está inserido. A profissão deixa de ser um desafio intelectual e passa a ser um desafio de controle. O professor deixa de avaliar as consequências de transmitir os conhecimentos que privilegiam uma determinada classe de forma que as manifestações culturais cotidianas não representam toda a comunidade escolar. Questões importantes na construção da cidadania são deixadas apenas para algumas datas, perpetuando a desigualdade e a baixa estima dos alunos que não se reconhecem na realidade escolar.

[...] quando pensamos sobre as relações entre o conhecimento aberto (ou manifesto) e o conhecimento encoberto (oculto) ensinado na escola, os princípios de seleção e organização desses conhecimentos e os critérios e modos de avaliação utilizados para medir o sucesso do ensino. Como Bernstein e Young, entre outros, provocativamente sustentam a estruturação do conhecimento e do

símbolo em nossas instituições de ensino está intimamente relacionadas ao princípio de controle social e cultural de uma sociedade. [...] Deixe-me apenas afirmar agora que um dos nossos problemas básicos como educadores e seres políticos é começar encontrar maneiras de entender como os tipos de recurso cultural e símbolos que as escolas escolhem e organizam estão dialeticamente relacionados ao tipo de consciência normativa e conceitual “exigido” por uma sociedade estratificada. (APPLE, 2006, p.36).

As relações entre conhecimento aberto e oculto, bem como estes são selecionados e avaliado é também um importante instrumento de controle da profissão, já que pouco a pouco esses recursos vão sendo terceirizados a profissionais técnicos, distantes do dia a dia da escola, e o professor vai deixando, igualmente de ser o responsável em conduzir a formação do aluno e se transforma em um executor de tarefas. E, como se sabe, já não é novidade a profissão de professor vai muito além ser um mero executor de tarefas, mas essa apropriação do caráter transformador da profissão não é nenhum pouco interessante a quem deseja perpetuar todas as riquezas econômicas nas mãos de poucos se utilizando, pois, da desigualdade social como instrumento de acúmulo de riquezas.

O enfoque de cunho econômico nos oferece uma apreciação menos adequada das maneiras pelas quais esses resultados são criados pela escola, e não pode esclarecer totalmente o que os mecanismos de dominação de fato são e como funcionam na vida cotidiana da escola. [...] O foco, então, deve também nas mediações ideológicas e culturais que existem entre as condições materiais de uma sociedade desigual e a formação da consciência de seus indivíduos. Assim quero aqui voltar-me às relações entre a dominação econômica e a dominação cultural, isto é, ao que aceitamos como dado e que parece produzir “de modo natural” alguns dos resultados parcialmente descritos por quem tem se concentrado na economia política da educação. (APPLE, 2006, p.36)

A consciência do profissional da educação vai sendo pouco a pouco conduzida a uma posição solitária, o professor não tem tempo de discutir suas ações, dificuldades e desafios, com seus pares. Todo resultado negativo, passa a ser diretamente relacionado à sua competência e as ações coletivas promovidas pela escola não são suficientes e nem valorizadas da forma que deveriam. O vínculo a sindicatos é dia a dia enfraquecido, o sentido de coletividade perdido e cada vez mais o professor traz somente para si, toda a responsabilidade que deveria ser coletiva.

Não há apenas a propriedade econômica; Há também a propriedade simbólica – capital cultural -, que as escolas preservam e distribuem. Assim, podemos agora começar entender mais perfeitamente como

as instituições de preservação e distribuição cultural, como as escolas, criam e recriam formas de consciência que permitem a manutenção de controle social sem a necessidade de os grupos dominantes terem de apelar a mecanismos abertos de dominação. (APPLE, 2006, p.37)

Para entender as complexas maneiras pelas quais as tensões e contradições sociais, econômicas e políticas são mediadas nas práticas concretas dos educadores é preciso uma formação que nos qualifique a essa compreensão do todo que envolve o ato de educar.

Sacristán (2000) esclarece que o conceito de profissionalidade docente está em permanente elaboração, devendo ser analisado em função do momento histórico concreto e da realidade social que o conhecimento escolar pretende legitimar; em suma tem que ser contextualizado. No entanto, a realidade são cursos de licenciatura que não atendem a essa especificidade e os professores são lançados ao trabalho sem essa leitura, tornando-se mansos, obedientes na técnica de ensinar aquilo que é solicitado, sem se dar conta do por que ensina determinados assuntos e outros não. Acreditam que os alunos não aprendem por que não se descobriu a técnica de ensinar, ou ainda, porque os alunos não têm estrutura familiar. Desconsiderando as implicações de um sistema econômico, social e cultural excludente e seletivo no cotidiano desses alunos.

Uma das possibilidades de analisar essa falta de estrutura das famílias e das técnicas de ensino é o conceito de hegemonia:

É um conjunto de significados e valores que, quando experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Ela assim constitui um sentido de realidade para a maior parte das pessoas na sociedade, um sentido de ser absoluta porque experimentada [como uma] realidade a que a maior parte dos membros de uma sociedade dificilmente conseguirá ir além. Mas não se trata, exceto quando se dá um momento de análise abstrata, de um sistema estático. Pelo contrário, só podemos entender uma cultura dominante e de fato existente e entendermos o real processo social do qual ela depende: O processo de incorporação. (APPLE, 2006, p.39).

Esse conceito nos permite esclarecer o cotidiano da profissão de uma maneira crítica, já que nos possibilita dialogar a respeito da manutenção de práticas e valores que tanto desqualificam o profissional de ensino e a comunidade escolar em que trabalha afirmando que todas as dificuldades

dizem respeito, necessariamente, ao mérito de cada um. Assim, as dificuldades, do dia a dia, escolar são diretamente relacionadas à incompetência profissional e à crise familiar. Nunca são relacionadas às condições subjetivas, históricas, políticas e culturais que envolvem toda a realidade escola.

Tais questões estruturantes da sociedade são completamente distanciadas dos resultados obtidos, no sistema educacional como um todo, como se não fizesse parte da realidade; característica está que atende apenas o desejo de manter a desigualdade social, bem como o de responsabilizar individualmente o sujeito por suas condições de existência.

As instituições de ensino são geralmente os principais agentes de transmissão de uma cultura dominante eficaz e representam agora uma atividade importante tanto econômica quanto culturalmente. São, na verdade, as duas coisas ao mesmo tempo. Além disso, em nível filosófico, no verdadeiro nível da teoria e no nível histórico de várias práticas, há um processo que chamo de tradição seletiva: aquele que, nos termos de uma cultura efetivamente dominante, é sempre passado como “a tradição”, o passado significativo. Entretanto a questão é sempre a seletividade; a maneira pela qual, de toda uma área possível do passado e do presente, somente determinados significados e práticas são escolhidos para ênfase, enquanto outros significados e práticas são negados e excluídos. (APPLE, 2006, p. 39-40).

Essa intencional neutralidade da escola, é construída, cotidianamente, por meio de formas de significação dos conteúdos e de práticas escolares, desde o momento da matrícula, na creche, até a matrícula nas universidades. É este tipo de relação educacional, que não leva em conta a diversidade cultural, que o conhecimento escolar vai sendo construído sem que as condições de vida do indivíduo sejam consideradas.

A força transformadora do ato de ensinar vai sendo descaracterizada, pela desconstrução simbólica da profissão de professor, desconstrução essa, que muito interessa o sistema econômico; pois o sistema entende a força transformadora do ensino e por isso torna essa função desinteressante econômica e socialmente. Permitir que a força profissional do professor fosse qualificada é permitir o surgimento de novos significados sociais, e conseqüentemente uma maior divisão de riquezas.

Se o que aprendemos fosse meramente uma ideologia imposta, ou apenas significados e práticas isoláveis da classe governante, ou de parte dela, que se impusessem a outros significados, ocupando lugar superior em nossas mentes, seria – e ficaríamos felizes com isso – uma coisa mais fácil de derrotar. (APPLE, 2006, p.39-40).

Compreender esse conceito, que esclarece as ações cotidianas da experiência escolar é um dos pilares, para a transformação do ato de ensinar em um ato político de transformação social e econômica, já que os professores em teses tem acesso a todos os sujeitos sociais, esse acesso tem a força estrutural de transformação cidadã. Uma vez que a escola pública acessível a todos os brasileiros, pode se tornar um local de esclarecimento das condições ocultas que perpetuam as desigualdades sociais pelo conhecimento e da leitura crítica do mundo, esclarecendo que sujeito social é qualquer brasileiro, pois o aparelho “escola” é o único lugar social que todos os cidadãos brasileiros têm direito a vaga, independente da cor, credo, classe social, condições físicas e psíquicas. No entanto, para que essa transformação aconteça, temos que ter clareza que a forma como o acesso ao ensino se dá também não tem nada de neutro, pois:

É uma forma de capital cultural que vem de alguma parte, que frequentemente reflete as perspectivas e crenças de segmentos poderosos de nossa coletividade social. Em sua própria produção e disseminação como mercadoria pública e econômica- livros, filmes, materiais etc.-, é repetidamente filtrado por meio de comprometimentos ideológicos e econômicos. Valores sociais e econômicos, portanto, já estão engastados no projeto das instituições em que trabalhamos no “corpus formal do conhecimento escolar” que preservamos em nossos currículos, em nossos modos de ensinar e em nossos princípios, padrões e formas de avaliação. (APPLE, 2006, p.40)

O capital cultural, ferramenta de trabalho do professor, sofre influência de toda perspectiva de poder econômico e o profissional acaba sem recursos de leitura crítica dessa ação, pois sua tarefa principal fica de fora, mediante a atribuição excessiva de tarefas que deveriam ser atribuídas a outros agentes sociais, tais como: demandas sociais, essa polivalência que seria enriquecedora na prática, na verdade impede que a formação escolar ocorra em sua totalidade, pois ela requer tempo e auxílio de outros agentes. Como

esse auxílio não acontece e o professor tem que atender a demanda, o processo educacional é prejudicado.

Essa situação, em que a profissão se encontra, pode ser transformada na medida em que os profissionais se conscientizem dessas forças que atravessam a sua prática e reconstruam a significação da profissão nas diferentes esferas de sua atuação.

Não estamos acostumados a considerar a atividade educacional a partir de uma perspectiva ética, política e econômica, para não dizer crítica, dada a própria dificuldade inerente de um bom educador. [...] Se não chamarmos para nós mesmos a responsabilidade por essas tradições, por reaprendê-las, estaremos ignorando o fato de que os tipos de sistematização institucional e cultural que nos controlam foram construídos por nós mesmos, e que podem também ser reconstruídos. (APPLE, 2006, p.46)

O ato de situar as forças que, cotidianamente, diminuem e desqualificam o profissional das licenciaturas é um importante instrumento da prática educacional, pois sem a clareza dessas forças econômicas na prática educacional, o professor que tem o compromisso de conduzir o aluno na leitura do mundo, fica descaracterizado, e como o professor é o único profissional que tem os instrumentos para orientar esse percurso, esse ato de situar, não pode jamais deixar de ser considerado. “[...] Essa atitude crítica desnudaria os interesses e compromissos políticos, sócias, éticos e econômicos aceitos sem maior questionamento, ou seja, aceitos como se disséssemos ‘é assim que a vida é’, em nosso cotidiano como educadores”. (APPLE, 2006, p. 47).

A visão comum que existe do ambiente escolar é que o professor não está qualificado a desenvolver conteúdos, estabelecer critérios e avaliar a aprendizagem do aluno. Por isso esse trabalho vem sendo terceirizado e terceirizar um trabalho a pessoas que não conhecem à especificidade de cada aluno e não consideram que o ato de aprender é único.

Precisamos examinar criticamente não apenas como o aluno adquire mais conhecimento (a questão dominante em nossa área, voltada à eficiência), mas por que e como determinantes aspectos da cultura coletiva são apresentados na escola como objetivo e factual. [...] Tais questões devem ser feitas sobre pelo menos três áreas da vida escolar (1) como as normas diárias da escola contribuem para que os alunos aprendam essas ideologias; (2) como as formas específicas de conhecimento curricular tanto no passado quanto hoje refletem essas configurações. (APPLE, 2006, p.48)

No sistema educacional brasileiro é possível observar essa interferência ideológica das Avaliações Externas - mecanismos criados pelo estado para verificar, por exemplo, a proficiência leitora e escritora do aluno - que deveria ser um instrumento de políticas públicas e que passa a determinar os conteúdos escolares. Dessa maneira, retira do professor a responsabilidade da avaliação e cria um marcador único como referência, que não considera o desenvolvimento singular do aluno. Esse tipo de avaliação torna-se mais um dos mecanismos de controle hegemônico, pois não considera as especificidades do conhecimento curricular nacional.

As políticas de formação e de currículo e, sobretudo, a imagem de professor (a) em que se justificam perderam essa referência ao passado, à memória, a história. Como se o professor (a) fosse um cata-vento que gira a mercê da última vontade política e da última demanda tecnológica. Cada nova ideologia, nova moda econômica ou política, pedagógica e acadêmica, cada novo governante, gestor ou tecnocrata, agência de financiamentos se julgam no direito de nos dizer o que não somos e o que devemos ser, de definir nosso perfil, de redefinir nosso papel social, nossos saberes e competências, redefinir o currículo e a instituição que nos formarão através de um simples decreto. (ARROYO. 2000, p. 24)

O currículo oculto orienta as ideologias dominantes com naturalidade nas práticas escolares, já que nas escolas os alunos têm a possibilidade de vivenciar cotidianamente os valores dominantes como verdades sociais.

O dia a dia do aluno é cercado pela cultura dominante que eles não se identificam, mas que passam a entender, como o modo hegemônico, apresentado como o correto de se expressar. Os conhecimentos históricos são interpretados a partir do olhar dominante e o recurso do debate não é exercitado, pois a competência valorizada é aquela que repete as leituras dominantes como verdades.

A primeira dessas questões refere-se ao currículo oculto das escolas- o ensino tácito de normas, valores e inclinações aos alunos, ensino que permanece pelo simples fato de os alunos viverem e lidarem com as expectativas institucionais e rotinas das escolas todos os dias durante vários anos. A segunda questão pede que problematizemos o próprio conhecimento educacional, que prestemos muito mais atenção às coisas do currículo, de onde o conhecimento vem de quem é o conhecimento, que grupos sociais ele apoia, etc. A última pergunta busca fazer com que os educadores sejam mais conscientes dos compromissos ideológicos e epistemológicos que

tacitamente aceitam e promovem pelo uso de certos modelos e tradições. (APPLE, 2006, p.48).

O profissional que tem a oportunidade de experienciar a prática escolar crítica, não permite que essas desigualdades sejam postas com tanta naturalidade, pois, uma vez que instrumentaliza os alunos a considerar as forças econômicas, culturais e políticas que atravessam a formação escolar. Localiza o aluno historicamente e permite a ele entender a sua realidade.

A sociologia da educação esta por tornar-se, em grande parte, a sociologia do conhecimento escolar. A pesquisa escolar curricular, a compreensão sociológica e os estudos da ideologia política e econômicas, portanto misturam-se em uma perspectiva unificada que nos permite sondar o lugar das escolas na reprodução cultural, e também econômica, das relações de classe nas sociedades altamente industrializadas. (APPLE, 2006, p.49)

A desconstrução da profissão de professor, dentro da análise sociológica escolar, favorece a manutenção de práticas escolares que impossibilitam os questionamentos, da exploração do trabalho e das desigualdades sociais. Como as escolas são instituições produtoras de conhecimento, essa desconstrução da profissão de professor acaba sendo um importante aliado na manutenção dessas desigualdades e na produção de trabalhadores dóceis e qualificados. Esclarecer as forças que atravessam a profissão de professor, necessita de um olhar atento.

O que a ideologia significa é em geral algo problemático. A maior parte das pessoas parece concordar que se pode falar de ideologia quando se fala sobre algum tipo de “sistema” de ideias, crenças, compromissos fundamentais, ou valores sobre a realidade social, mas aqui termina a concordância. A interpretação difere de acordo com o alcance ou extensão dos fenômenos que soa presumidamente ideológico e a função- o que as ideologias de fato fazem para as pessoas que a “tem”. (APPLE, 2006, p.53).

Essa é uma discussão bastante significativa, pois identificar e discutir as forças ideológicas que interferem e transformam esse universo simbólico da profissão, precisam ser esclarecidas, uma vez que ao se fazer uma leitura da profissão de professor é possível perceber a força social que ela tem. Mas a ideia social a respeito da profissão, o que a torna atraente e significativa é uma questão que precisa ser respondida criticamente.

O interesse econômico e político na profissão podem ser analisados através de políticas públicas educacionais, que mudam conforme muda o prefeito, sem considerar o trabalho desenvolvido, a opinião dos trabalhadores e as necessidades específicas da escola. Fazer dessa análise um dos instrumentos de avaliação da profissão é necessário para que esta possa ser usada como instrumento na valorização profissional e transformação do sistema educacional, dando novos significados à profissão e qualificando o sistema de ensino.

O imaginário social configurou o ofício de mestre com fortes traços morais, éticos. No terreno do dever. Há figuras sociais de quem se espera que façam bem, com eficiência. Há outras de quem se espera que sejam boas, que tenham os comportamentos devidos, que sejam mais do que competentes. O magistério básico foi colocado neste imaginário. Poderemos tentar reagir enfatizando profissionalismo e eficiência, qualidade e resultados. Que como mestres, ensinamos a ler, escrever, contar, que ensinamos nossa matéria competentemente. Sempre será exigido mais desse ofício. (ARROYO, 2003, p.37).

Toda a complexidade da profissão passa assim a ser avaliada apenas pelo crivo da técnica, desconsiderando as análises do campo social, cultural e econômico.

É nessa força simbólica que é preciso pensar qual é o desejo que antecede o interesse de transformar a profissão de professor em algo desinteressante e desvalorizada. Em favor de uma pequena parte da população brasileira, todo o país é sucateado e não tem forças para deixar de ser local de exploração de outros países. “Funcionalmente, a ideologia foi avaliada historicamente como uma forma de falsa consciência que distorce o quadro que temos da realidade social e serve aos interesses da classe dominante de uma sociedade.” (APPLE, 2006, p.53).

As forças que legitimam essa desvalorização da profissão parecem sem sentido, pois como pensar a existência de sistema social que não qualifique os profissionais do ensino para um trabalho transformador e consciente; sem uma análise crítica, os resultados obtidos se relacionam à capacidade individual e se justificam pelo esforço individual empregado, mantendo os hábitos escolares que atendem os interesses econômicos como um fator natural. “Legitimação - os sociólogos parecem concordar que a ideologia se interessa pela legitimação

[..] ‘A ideologia buscar a existência trazendo-a para o princípio considerados correto’.” (APPLE, 2006, p.54).

O interesse econômico é um importante fator a ser considerado, mas não é o único, outro fator muito significativo é o político, que mantém as relações de poder, por isso os representantes da classe dominante estão em locais estratégicos de poder, qualquer mudança nesse sentido leva muito tempo e precisa de grandes lutas para legitimar representantes que não sejam os socialmente determinados.

Conflito de poder - toda a literatura sociológica conecta a ideologia aos conflitos entre as pessoas que buscam ou detém o poder. [...] O conflito de poder esta sempre em jogo nas disputas ideológicas, independente de os envolvidos no processo reconhecerem isso. (APPLE, 2006, p.54-55).

A manutenção do poder só é possível porque existe um sistema social que legitima essa ação e a escola é um importante instrumento ideológico. Esse controle tem uma força tão grande que os indivíduos acreditam que é natural alguns terem muito e outros não terem nada, justificando o sucesso e a miséria humana na individualidade e mérito do sujeito. “Estilo de argumentação - Muitos escritores observam que uma retorica bastante especial e um sentimento mais exagerado marcam a argumentação ocorrida na esfera ideológica. A retorica é vista como algo altamente explicito e relativamente sistemático”. (APPLE, 2006, p. 55)

Aqui, mais uma vez, o educador deve ter em mente as forças que perpassam a sua prática. A tradição que atravessa o conhecimento escolar e mantêm firmes as práticas escolares, possui uma intencionalidade, busca preservar o modo de vida da classe dominante e perpetuar as desigualdades sociais, como fenômeno natural a condição social humana.

A escola, como agente bastante significativo da reprodução cultural e econômica, se torna obviamente, uma instituição importante, afinal de contas toda criança frequenta a escola, e a escola tem efeitos importantes como instituição de referencia e socialização. (APPLE, 2006, p.66).

Uma questão importante para refletir, ao analisar a profissão de professor no século XXI, é que a prática educacional, sem uma visão crítica, pode se transformar em um instrumento que reforça a normalidade das

contradições sociais, econômicas e de poder. Pois, não se pode perder de vista, que a escola é um instrumento de controle e formação de indivíduos.

Para tornar-se transformadora seria preciso compreender que no sistema capitalista existem forças que atravessam o dia a dia da escola, e apresenta, por meio de políticas públicas, material didático, as desigualdades como fatos naturais, responsabilizando os próprios indivíduos por essa desigualdade, escondem, assim, os interesses da classe dominante, que querem manter o controle do poder.

A relação entre conhecimento e economia poderia ser pensada, a partir do interesse da manutenção da desigualdade como mecanismo estruturante da profissão.

Uma economia corporativa requer a produção de altos níveis de conhecimento técnico para manter o aparato técnico funcionando de maneira eficaz e para tornar-se mais sofisticada na maximização de oportunidades de expansão econômica, dentro de certos limites, pois o que fato de se requer não é uma distribuição ampla desse conhecimento de alto status para a população em geral. É preciso maximizar sua produção Enquanto a forma de conhecimento for forma contínua e eficientemente produzida, a própria escola, pelo menos nesse aspecto maior de seu funcionamento, será eficiente. Assim, certos níveis baixos de desempenho do grupo de alunos que pertencem à “minoría”, filhos dos pobres, etc., podem ser tolerados, pois tem menos consequências para a economia do que a geração de conhecimento propriamente dita. (APPLE, 2006, p.71).

Muito importante tal reflexão, pois assim como é tolerado no mecanismo econômico manter certo nível de desemprego, independente das consequências desse desemprego na individualidade de quem o perde, também é tolerado um baixo desempenho na educação. No entanto, em ambos os casos, as condições estruturais são ignoradas, a sociedade responsabiliza o indivíduo, tanto o desempregado, quanto o aluno que não se desenvolveu, pela sua situação, uma vez que “[...] a escola não é um espelho passivo, mas uma força ativa, que pode servir para legitimar as formas econômicas e sociais e as ideologias tão intimamente conectadas a ela. É justamente essa ação que precisa ser revelada”. (APPLE, 2006, p. 76).

É importante que o profissional da educação compreenda as forças que perpassam a prática escolar para que possa valorizar a profissão de professor, esclarendo os interesses econômicos, para que a educação escolar se torne um instrumento na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Existe uma impressão geral, nesse momento, que a escola é um local entediante e obrigatório e a profissão de professor, um trabalho sem sentido, portanto, não necessita de grandes investimentos, sejam eles econômicos ou intelectuais.

O argumento é o de que as escolas ensinam de maneira velada todas as coisas sobre as quais os críticos humanistas das escolas tanto gostam de escrever e falar [...] e de que elas agem assim porque os professores, administradores e outros educadores de fato não sabem o que estão fazendo. (APPLE, 2006, p. 82).

Assim, a manutenção dessas ações é atribuída à alienação dos professores e de todos os profissionais responsáveis, de uma forma ou de outra, pela educação, estes são vistos como incapazes de compreender os fenômenos que atravessam sua prática e, por isso, são responsabilizados pela baixa qualidade do ensino brasileiro.

[...] tal perspectiva é na melhor das hipóteses enganadora. Em primeiro lugar, é completamente anistórica. Ignora o fato de que as escolas estavam em parte projetadas para ensinar exatamente essas coisas (APPLE, 2006, p.82).

Dessa forma, considerando a intenção da classe dominante de manter a escola como um lugar de preservação dos seus interesses, não é lícito atribuir os resultados dos índices escolares brasileiros, unicamente aos profissionais envolvidos no sistema educacional. Essa é uma visão, que nada colabora para transformar a profissão e não esclarece verdadeiramente os desafios que impedem a valorização e transformação das práticas escolares.

[...] as escolas parecem, sem dúvida, fazer o que esperam que façam, pelo menos em termos de proporcionar, ainda que não muito bem, disposições e propensões 'funcionais' para a vida futura em uma ordem social e econômica complexa e estratificada. (APPLE, 2006, p.82).

Compreender essas influências, no dia a dia, da profissão é um trabalho muito significativo e deve ser bastante criterioso já que a neutralidade é um fenômeno inexistente. Um profissional da educação tem que saber que não

pode deixar de lado a análise da força do interesse político, ideológico e econômico, que podem orientar a nossa prática.

As questões que Michel Apple (2006) considera em termos de política educacional é a “modernização conservadora”, isto é, o movimento que visa cada vez mais definir para o que serve a educação e como devemos nela proceder, tanto no que diz respeito às práticas quanto no que diz respeito às políticas adotadas. Essas ações são impulsionadas por um bloco hegemônico - neoliberal, neoconservadores, fundamentalistas cristãos ou evangélicos - que empurram a educação para direções conservadoras.

Outra questão muito interessante, que Apple apresenta, é a transformação da educação em uma mercadoria que se compra, ele relata que o próprio significado de cidadania é transformado radicalmente sob o domínio da influência neoliberal. Agora, a cidadania como um conceito político de participação na construção e na reestruturação das instituições, passa a ser um conceito novo, um conceito econômico, o cidadão passa a ser consumidor e o conceito de democracia passa a ser associada diretamente a capacidade de consumo.

[...] pensar em si mesmo como simplesmente um consumidor de um mercado- onde a justiça social em essência dará conta de si mesma por meio de nossas atividades de compra – é a principal ideologia da desmobilização. É a melhor coisa que os neoliberais poderiam desejar (APPLE, 2006, p.256).

A leitura do cotidiano escolar, por meio da lente da teoria crítica, permite refletir a respeito das práticas escolares, do quanto à escola é utilizada pelos meios de controle social e econômico, com o objetivo de favorecer a manutenção dos interesses da elite dominante. Como o simples ato de usar um livro didático está tão impregnado de forças que têm o objetivo de controle e manutenção dos interesses capitalistas, pois a aquisição dos livros didáticos é que garante o acesso dos alunos aos conteúdos necessários para as avaliações externas, assim, o professor é destituído do ato crítico de avaliar e o aluno é destituído da possibilidade de ter sua singularidade respeitada.

O trabalho do professor crítico é um importante instrumento de transformação da realidade econômica, política e cultural de um povo e é, talvez, por isso que a profissão de professor há muito tempo vem sendo

negligenciada, no sentido de torná-la uma profissão sem valor social, econômico e cultural. O profissional que tem o objetivo de se tornar professor é constantemente desmotivado e orientado no sentido de investir seus esforços educacionais para outras áreas. As licenciaturas são deixadas de lado pouco a pouco, assim como a consciência do poder transformador do ato de ensinar.

A visão tecnicista da história sempre foi empobrecedora no campo da Educação Básica. Simplifica demais as análises de um campo social e cultural tão complexo e termina por adiar a solução dos problemas que pretende resolver reduzindo-os ao domínio das técnicas. O curioso é que agências de financiamento e grupos 'técnicos' que põe a solução da educação no domínio de técnicas por parte dos docentes, pouco fazem para tornar a escola 'cai não cai' e o professor amoroso em um competente profissional, para dar lhes condições de trabalho. Exigiria opções políticas e econômicas caras e contrárias aos interesses hegemônicos que dominam a política e a economia. Esses mesmos grupos técnicos no poder terminam apelando para amorosas campanhas de amigos da escola, de comunidades solidárias. (ARROYO, 2000, p.38).

O desafio da profissão de professor é muito grande, por que lidar cotidianamente com a realidade da escola transformando as práticas escolares, com o intuito de possibilitar aos alunos uma formação de qualidade, considerando as forças ideológicas, políticas, econômicas e sociais que perpassam o dia a dia da escola é desafiador, pois exige que o profissional do ensino tenha formação constante e um posicionamento crítico diante da profissão.

O novo século trouxe mudanças na estrutura educacional, o desafio de instrumentalizar todos os cidadãos brasileiros em leitores, fez com que aumentasse o tempo do aluno na educação básica e novas discussões institucionalizaram a entrada dos alunos com seis anos no processo específico de alfabetização, denominado ensino de nove anos. A inclusão é uma realidade na escola pública legalmente um ganho sem precedentes, no entanto, sem o suporte de uma Rede de Proteção, o poder público lança mais uma responsabilidade à escola e lhe atribui mais um desafio que se junta a tantos outros - como a inclusão social - e transforma a escola em um local de grandes responsabilidades.

Os avanços tecnológicos democratizaram o acesso à informação, no entanto, não garantem a transformação da informação em conhecimento. Há um conflito entre os nativos digitais, que têm fácil acesso a informação, mas

sem habilidade para transformar esse instrumento em acesso de conhecimento e os professores que têm conhecimento e habilidade em orientar o processo de aprendizagem, mas não circulam nesse universo de forma suficiente, para instrumentalizar esses alunos.

Podemos considerar que o mundo atravessa uma situação de mudança com paralelismo em outras situações históricas, em que pelo seu efeito transformador, sobressai à revolução industrial. Porém, o valor não está hoje na capacidade de seguir instruções dadas por outros para fazer funcionar as máquinas, mas sim na capacidade de transformar em conhecimento a informação a que, graças às máquinas temos um rápido acesso. As novas máquinas são hoje apenas uma extensão do cérebro. O pensamento e a compreensão são os grandes fatores de desenvolvimento pessoal, social, institucional, nacional, internacional. (ALARCÃO, 2003, p.16-17).

Esse efeito traz uma mudança estruturante relacionado ao conhecimento humano, que afeta diretamente a forma como o trabalho passa a ser concebido. A escola é afetada diretamente nesse ponto, já que socialmente a escola é o local de aprendizagem e conhecimento. Novas exigências relacionadas a esse fenômeno tornam-se requisitos no trabalho de professor e, mais uma vez, observamos que não há uma distribuição justa e igualitária com relação a esse fenômeno. A acessibilidade tecnológica muitas vezes é insuficiente na realidade brasileira; assim como os bens culturais, econômicos e sociais.

A escola pública da qual a maior parte da população tem acesso, fica fora do tempo dessas novas tecnologias, a maioria das aulas acontece sem recursos tecnológicos, enquanto as escolas das classes mais favorecidas contam com todos os recursos tecnológicos. Nesse ponto é verdadeiro, mais uma vez observar que o trabalho do professor é atravessado por interesses econômicos e o resultado final é a desigualdade de condições de trabalho, quando comparamos com as condições de trabalho dos profissionais da educação da elite dominante.

Se o objetivo da educação básica é preparar o aluno para o exercício da cidadania, por meio da socialização no espaço escolar de conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes, garantir que esse objetivo seja alcançado é um grande desafio. Muitas propostas podem ser lançadas, apesar disso, não são verificados grandes avanços; talvez por que, considerável parte

dessas propostas está desvinculada de políticas públicas que enfrentem os problemas estruturais, em geral, essas ações adotam apenas medidas paliativas, sem resolver questões mais profundas, como a superlotação de salas de aula, estruturas físicas inadequadas, a desvalorização do professor.

Esse é um grande desafio da profissão, caminhar com um currículo, que legalmente apresenta propostas de valorização do ensino, mas completamente destituído de um compromisso político que garanta que essas propostas sejam alcançadas.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. *Professores Reflexivos em Uma Escola Reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2003.
- APLLE, Michael W. *Política cultural e educação*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- FORQUIM, J. C. *Escola e Cultura: bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FRANCO, Maria Laura Barbosa. *Análise do Conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Professora sim, tia não, cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.
- IMBERNÓN, Francisco. *Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Péres. *Compreender e Transformar o Ensino*. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 1988.
- _____. *O Currículo: Uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual.- São Paulo: Cortez, 2007.

SCHON, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: Um novo design para o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Artmed, 1998.